

A comissão constitucio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Foram 33 os nomes escolhidos por Tancredo Neves para compor a comissão que, sob a presidência do jurista Afonso Arinos de Mello Franco, apresentaria até 15 de novembro próximo o anteprojeto de nova Constituição da República, dando um bom tempo para debate público enquanto se processaria a escolha dos candidatos à Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita em 1986. Para esta comissão, Tancredo incluiu desde conhecidos juristas até líderes sindicais, como José Francisco, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag —, no desejo de ampliar o debate na sociedade e permitir que o povo possa eleger com mais responsabilidade os delegados constitucionais.

A relação dos nomes, que se encontra em poder do presidente José Sarney, a quem cabe também agora decidir sobre a data de instalação da comissão, é a seguinte: Afonso Arinos (presidente), Fernando Henrique Cardoso (relator), Paulo Brossard, Josaphat Marinho, Paulo Bonavides, João Paulo Pires de Vasconcelos, Edgard de Godoy da Matta Machado, general Octávio Costa, José Francisco, Laerte Vieira, Dalmo Dallari, Jo-

sé Afonso Silva, Célio Borja, Fábio Konder Comparato, Pinto Ferreira, Xavier D'Albuquerque, Victor Nunes Leal (recentemente falecido), Seabra Fagundes, Rafael de Almeida Magalhães, Miguel Reale Júnior, Celso Furtado, Arnaldo Malheiros, Joaquim Falcão, Eduardo Portela, Benedita da Silva (vereadora do PT, Rio), Gilberto de Uíhoa Canto, Evaristo de Moraes Filho, César Saldanha de Sousa Júnior, Milton Santos, Carlos Alberto de Oliveira, Walter Barelly e Bolívar Lamounier.

Tancredo escolheu ainda o jornalista Mauro Santayana para ser secretário-executivo da comissão, o que chegou a ser concretizado pelo ministro da Justiça, Fernando Lyra, por meio de portaria ministerial.

A definição destes nomes ocorreu na segunda-feira (11 de março) que antecedeu à hospitalização do presidente eleito. Na ocasião, ele manifestara ao deputado Fernando Lyra, escolhido para a Pasta da Justiça, sua intenção de constituir um grupo integrando desde juristas até elementos representativos do meio sindical. Sem esquecer também as minorias étnicas, para eliminar qualquer caráter discriminatório. A participação de negros, por sinal, voltaria a ser comentada quando, no dia seguinte, Tancredo, acompanhado de

Lyra e do jornalista Mauro Santayana, conversou durante mais de uma hora com o jurista Afonso Arinos, então com participação já consolidada no grupo pré-constituente. Como autor da Lei contra a Discriminação Racial — que leva seu nome — Arinos opinou pela necessidade da presença negra. Lyra foi quem se encarregou de enumerar estas presenças: o jornalista Carlos Alberto de Oliveira, secretário de Trabalho do governo do Rio; o geógrafo Milton Santos, da Bahia; e a vereadora Benedita da Silva, do Rio.

A comissão voltou a ser tema central de mais uma conversa que Tancredo manteve com Fernando Lyra na quarta-feira, 13 de março. Poucas horas antes de ser internado no Hospital de Base de Brasília, o presidente faria os últimos comentários sobre os trabalhos da comissão, desta vez ao jornalista Santayana. Seu maior interesse era criar um fato político em torno da comissão, estimulando dessa forma um grande debate nacional sobre o novo Estado de Direito a ser instituído.

Tancredo tinha uma certeza: "Ninguém sabe o que é uma Constituição, no Brasil, principalmente por causa destes 20 anos de arbítrio. Já faz 40 anos que se reuniu o último Poder Constituinte legítimo neste país."

Arinos prefere trabalhar no Rio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"A comissão funcionará onde eu quiser e eu quero que seja no Rio de Janeiro, no antigo Itamaraty, onde o meu pai, Afrânio de Melo Franco, presidiu os trabalhos da Constituinte de 34." Com essas palavras, o ex-ministro de Relações Exteriores, Afonso Arinos, parece ter dado por encerrada a polêmica em torno do local de funcionamento da comissão constitucional que vai preparar o anteprojeto de reforma da Constituição.

Afonso Arinos disse que trabalhará no Rio de Janeiro, deslocando-se para Brasília somente quando houver necessidade. Questão de comodidade, já que reside e trabalha na Fundação Getúlio Vargas, no Rio, ou de homenagem ao seu pai, ex-chanceler do governo Getúlio Vargas e que costumava reunir a comissão que preparou a Constituição de 34 no antigo Palácio do Itamaraty. A verdade é que o jurista não está dispo-

to a ceder às pressões do ministro da Justiça, Fernando Lyra, para que a comissão funcione em seu Ministério, conforme idéia original do falecido presidente eleito Tancredo Neves.

Diante disso, a sala 2024 do Ministério da Justiça, que foi preparada para receber a comissão constitucional, continuará sem uso e, se desejar inteirar-se dos seus trabalhos, o ministro Fernando Lyra terá de deslocar-se até o Rio de Janeiro ou telefonar ao jurista.

Afonso Arinos jantou com o presidente José Sarney na terça-feira e, ontem, durante almoço, acertou com ele alguns detalhes do funcionamento da comissão que vai presidir. Pela manhã, o jurista inaugurou o busto do ex-chanceler Afrânio de Melo Franco na Universidade de Brasília. Pouco antes, bem-humorado, ele comentou que até o final do ano os trabalhos da comissão deverão estar concluídos, embora esse prazo possa ser dilatado.

O ex-ministro comentou ainda que discorda daqueles que conside-

ram a comissão desnecessária, sob a alegação de que a iniciativa poderá condicionar os constituintes a trabalharem numa determinada linha. Ele explicou que será preparado apenas um esboço de anteprojeto, para ordenar as idéias.

O professor garantiu também que a comissão será instalada pelo presidente José Sarney, embora ainda não haja uma definição a respeito do seu número de integrantes. Observou, contudo, ser contra a participação dos congressistas, não que sua colaboração seja dispensável, mas por julgar difícil o estabelecimento de critérios para escolha de nomes, o que poderia levar a desentendimento com parlamentares não convocados para a tarefa.

Com a sua candidatura à Prefeitura de São Paulo, o senador Fernando Henrique Cardoso não mais será coordenador da comissão constitucional. O senador seria o único parlamentar a integrá-la funcionando como elemento de ligação entre ela e o Congresso.

nal de Tancredo